

## **MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR/PE E CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER/RN: ANÁLISE HISTÓRICO-FILOSÓFICA**

Pablo Cruz Spinelli

Mestrando – PPGEd/UFRN

Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes

Prof. Dr. – PPGEd/UFRN

Pretendemos realizar uma investigação histórico-filosófica do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco e da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler do Rio Grande do Norte à luz da categoria de análise gramsciana sobre hegemonia. Estes Movimentos convergiram em prodigalizar uma educação, com pano de fundo político, que almejavam voltar-se para a emancipação social das camadas populares. Desta feita, verificaremos se houveram divergências conceituais nas palavras-chave impressas nos livros de leituras (cartilhas) desses movimentos com a proposta de seus dirigentes. A hipótese da pesquisa é que esses materiais didáticos detinham algumas contradições quanto a sua perspectiva emancipatória e, portanto, de instrumentalizar/mediar a potencial deflagração do axioma dialético materialista da história (da ascensão da classe trabalhadora ao poder, através da luta de classes).

**Palavras-chave:** Hegemonia – Palavras-chave – Emancipação social.

Pretendemos, nesta pesquisa em andamento, investigar os pressupostos histórico-filosóficos do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco e da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler do Rio Grande do Norte, da década de 1960, por meio de seus instrumentos educativo-alfabetizadores: as cartilhas de alfabetização, também chamadas Livros de Leitura para Adultos.

No Brasil dos anos 1960 do século XX, principalmente no nordeste brasileiro houve uma forte onda político-ideológica nacional-reformista. Neste contexto, se desenvolveram movimentos de educação e cultura popular, dentre os quais os já referidos.

Miguel Arraes (1916-2005), ex-prefeito de Recife/PE e Djalma Maranhão (1915-1971), ex-prefeito de Natal/RN foram os principais dirigentes daqueles Movimentos de Cultura e Educação Popular, com relevantes afinidades com o ideário nacional-reformista no Brasil deste período. Na mesma perspectiva, é relevante ressaltarmos que a visão do Brasil para esses dirigentes era de que se tratava de um país subdesenvolvido e dominado pelo imperialismo norte-americano e que, portanto, carecia de reformas de base (principalmente a reforma agrária).

Para esses dirigentes, a cultura popular nacional era entendida como instrumento para desalienar e libertar o país, a qual iria viabilizar a educação popular – com a figura emblemática de Paulo Freire, sustentando a tese de uma conscientização popular e educação libertadora.

Conforme apontamos, iremos fazer um estudo sobre os materiais didáticos destes Movimentos. Desta feita, temos que o Livro de Leitura para Adultos do MCP/PE foi concebido por meio de pesquisa realizada durante três meses nas zonas populares da

cidade do Recife/PE, sob a responsabilidade das professoras Josina Maria Lopes de Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho.

As lições deste livro de leitura foram elaboradas a partir da adaptação da realidade sócio-espacial da cidade do Recife/PE que, por sua vez, foram decodificadas para a realidade espacial, histórica e cultural da cidade de Natal/RN, gerando, assim (sob a coordenação da professora Diva Maria Saete Lucena), o Livro de Leitura da Campanha de Pé no Chão.

No Livro de Leitura para Adultos do MCP/PE foram desenvolvidos como eixo de categorias pedagógicas a serem trabalhados sistematizadamente ao longo das lições de alfabetização os Centros de Interesses. Foram eles: *politização; sobrevivência; habitação; a cidade; Estado; religião; o mundo; o sertão; problemas da cidade; problemas do campo; problemas do Nordeste; reforma agrária; desenvolvimento; pesca; festas populares; organização política.*

Todos estes centros de interesses geraram, com certo sentido, as palavras-chave de cada lição e foram desenvolvidos de formas semelhantes nos dois livros pesquisados.

O termo hegemonia de Gramsci foi escolhido, basicamente, para observar o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, a exemplo do discurso da burguesia sobre as classes trabalhadoras.

Hegemonia significa, em termos gramscianos, a relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. O domínio se caracteriza por dois elementos: a força e o consenso. A força é exercida pelas instituições políticas e jurídicas e pelo controle do aparato policial-militar. O consenso, por sua vez, diz respeito, sobretudo à cultura: trata-se de uma liderança ideológica conquistada entre a maioria da sociedade e formada por um conjunto de valores morais e regras de comportamento. Por isso que entendemos as relações de hegemonia como uma relação pedagógica, isto é, de aprendizado.

Confrontando, finalmente, o entendimento acerca do conceito de hegemonia gramsciano com nosso objeto de pesquisa, os pressupostos histórico-filosóficos presentes nas palavras-chave daquelas cartilhas, percebemos esta relação pedagógica, onde os intelectuais/dirigentes criaram valores e experiências “amadurecidos” para a classe dirigida.

A exemplo disto temos que Djalma Maranhão, um dos dirigentes da Campanha, em seus discursos, não fazia menção crítica ao modo de produção capitalista vigente (SPINELLI; GERMANO, 2005a).

Com efeito, analisamos as palavras-chave presentes nestes materiais didático-pedagógicos, tomando como principal pressuposto o conceito das palavras geradoras, entendidas como geradoras de sentido e ação (BRANDÃO, 1995).

Podemos imaginar o efeito dessa fratura conceitual com a geração de sentidos presentes nas palavras-geradoras dos livros de leitura destes movimentos (SPINELLI, 2007). Algumas delas foram: *povo, progresso, flagelado, Brasil, democracia, paz.*

Como estes Movimentos convergiam em prodigalizar uma educação, com pano de fundo político nacional-reformista, que almejavam voltar-se para a emancipação social das camadas populares, analisamos suas pretensões segundo o conceito de “progresso civilizatório” para relacionarmos este com o primeiro conceito de Gramsci.

Esta segunda categoria de análise nos leva a crer que todo movimento deve acontecer no sentido de uma reabsorção do Estado político pela sociedade civil, assim como pretendia o discurso dos dirigentes. Desta maneira, se configuraria o “Estado ampliado” como sendo a somatória da sociedade política com a sociedade civil na disputa hegemônica.

A hipótese da pesquisa, no entanto, se constitui na indagação sobre a possibilidade ou não dessa emancipação político-social daqueles educandos até onde toca a proposta conceitual-educativa de seus livros de leitura, bem como de instrumentalizar/mediar a potencial deflagração do axioma dialético materialista da história (da ascensão da classe trabalhadora ao poder, através da luta de classes).

Desta feita, verificaremos se houveram divergências conceituais nas palavras-chave impressas nos livros de leituras (cartilhas) daqueles Movimentos com a proposta de emancipação político-social implementada por seus dirigentes.

Constatamos que a palavra *Povo* foi utilizada em larga escala nos instrumentos didático-pedagógicos analisados, tendo em vista que a visualizamos em grande parte de suas lições. A palavra em apreço também evoca o emprego no campo e na cidade, mas visto de maneira dissociada da noção marxiana de luta de classes e exploração da mão de obra barata por parte de capitalistas. Da mesma forma, está ligada a noção de progresso no Brasil, mas sem deixar claras as perniciosas nuances capitalistas que este projeto de progresso poderia gerar para a nação brasileira e sem deixar claro o movimento hegemônico em que iria se inserir o alfabetizando.

As palavras *Progresso e Flagelado* relaciona a falta de *progresso* no campo como causa da condição de *flagelado* do camponês, são, para nós, um tanto quanto supérfluas, visto que o próprio desenvolvimento brasileiro, inserido no modo de produção de bens e valores capitalistas daquela época, seguiu a lógica da exploração dos operários e camponeses. O fato é que a noção de desenvolvimento como está posta nos livros didáticos, conceitualmente, não dá conta de reverter a condição de miséria do povo brasileiro. Para os governos considerados nacionalistas (a exemplo de Arraes, em Pernambuco e Maranhão, em Natal/RN), denominados pelos livros em apreço como detentores da salvação do camponês flagelado, a noção de progresso, filtrada pelo ideário nacional-desenvolvimentista, exprime muitas contradições. A abrangência desse ideário e seu caráter generalizante confundem as expectativas populares com as aspirações, muito diferentes, da pequena parcela da burguesia industrial brasileira, não deixando claras as relações antagônicas entre as classes sociais.

No que se refere às palavras-chave *Democracia e Paz* temos a *democracia* posta de forma generalizante, sem se fazer uma diferenciação entre uma democracia meramente formal, representativa e liberal, e uma democracia popular, participativa. A palavra *paz*, em ambos os documentos estudados, se dá através da conquista da “verdadeira democracia”, bem como da conquista da reforma agrária, as quais dão sustentação a uma vida digna e ao acesso à cultura do povo.

Para Gramsci, a função do intelectual (e da escola) seria mediar uma tomada de consciência (do aluno, por exemplo) que passaria pelo autoconhecimento individual e implicaria em reconhecer, nas palavras do pensador, o próprio valor histórico.

Com efeito, a própria conjuntura da época fomentou a ascensão de alguns políticos nacionalistas, desenvolvimentistas e de esquerda, voltados para a visão de progresso. Contudo, sem que necessariamente fossem observados os interesses originários da classe popular, visto que a consciência da própria condição de classe

social do povo alfabetizado pelas cartilhas seria insuficiente para tanto, devido estas referidas fraturas conceituais das palavras-chave analisadas.

Em meio a essas análises conceituais, emergiu como um problema de pesquisa, sobre a cultura popular, presente nas noções daquilo que Hobsbawm (1997) chama de “tradições inventadas,” nas quais as culturas genuínas foram re-elaboradas pelos intelectuais dos Movimentos de Cultura e Educação Popular da década de 1960, sem que fossem observadas as contradições político-ideológicas discursivas do modo de produção vigente.

Deste modo, observamos um certo ordenamento social positivista (ideologia industrial capitalista), mesmo em se tratando de Movimentos de Cultura e Educação Popular com indicativo de mudança “radical” da estrutura societária em fazer o movimento de ascensão do povo ao poder. O fato é que, na prática não é tão simples uma eficiente educação popular trabalhar com vistas às perspectivas culturais emancipatórias, tendo em vista havia uma forte presença do entendimento “evolucionista” da cultura, permitindo a classificação da cultura por etapas. Aí é que se situa a discussão da cultura do povo ou para o povo (SPINELLI; GERMANO, 2005b).

Portanto, há um infeliz pressuposto nesses Movimentos, no que tange à noção de cultura popular como homogeneidade ou uniformidade de compreensão da realidade vivida. Esta, por sua vez, perpassa pelos conceitos e palavras-chave presentes nos livros de leitura dos movimentos de cultura e educação popular, não dando conta de uma educação voltada à realidade contraditória daquele período.

Com efeito, atento à noção de cultura, Brandão (1995, p.86) afirma-nos que a mesma é um

(...) processo de codificação e de interpretação de todas as dimensões das trocas entre pessoas e entre elas e seus mundos. Dessa forma, ela não ocupa de forma estratigráfica um único plano da vida social.

Por fim, ao atentarmos a necessidade educativa de alfabetizar aqueles educandos numa perspectiva dialética-materialista da cultura, observando suas contradições, resta-nos a constatação de que houveram fraturas conceituais nas palavras-chave, com implicações sobre o uso didático-pedagógico das palavras-geradoras dos materiais analisados, tendo em vista que “quem dá a palavra dá o tema, quem dá o tema dirige o pensamento, quem dirige o pensamento pode ter o poder de guiar a consciência.” (BRANDÃO, 1981, p. 22).

## Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORTÊS, Margarida de Jesus. **Memórias da "Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler"**: reflexões sobre a prática pedagógica de ontem e de hoje. Natal: Edufrn, 2005.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular, educação popular**: memórias dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 1983.

GERMANO, Coelho. In: Memorial do MCP. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. 341 p. : il. . – (Coleção Recife – Vol. XLIX).

GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo**: a Campanha de Pé no Chão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_; PAIVA, Marlúcia. Turbulências sociais e políticas dos anos 60 e educação popular. **Diário de Natal**, Natal, p. 3-16. 16 maio 2005.

\_\_\_\_\_; SPÍNELLI, Pablo Cruz; SILVA, Thalita Costa da. **Conhecer para libertar**: nostalgia romântica e educação popular. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia/MG : EDUFU, 2006. p. 4309-4315.

**Memorial do MCP**. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. 341 p. : il. . – (Coleção Recife – Vol. XLIX).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE. **Livro de Leitura De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.** Natal, 1963.

SPINELLI, Pablo Cruz ; GERMANO, José Willington . *Djalma Maranhão: um nacionalista na Prefeitura da Cidade de Natal-RN (1961-1964)*. In: **XI Seminário de Pesquisa do CCSA - Universidade, Democracia e desenvolvimento Sustentável**, Natal/RN : ARTPRESS, 2005a.

SPINELLI, Pablo Cruz ; GERMANO, José Willington . *Cultura do povo ou para o povo: o movimento de cultura popular*. In: **XVI Congresso de Iniciação Científica**, Natal, 2005b, Natal.

SPINELLI, Pablo Cruz. **Movimento de Cultura Popular/PE e Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler/RN: análise sócio-educativa**. 2007. (Monografia de Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.